

***RELATÓRIO CONTÁBIL
E
NOTAS EXPLICATIVAS***

M.A.P.A.

2º TRIMESTRE/2022



Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Marcos Montes Cordeiro

Secretário-Executivo

Márcio Eli Almeida Leandro

Secretária-Executiva Adjunta

Mara Marlene Machado Papini

Diretor de Administração

José Manoel Gomes

Coordenador de Contabilidade

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Alan Rodrigues Pinheiro

Divino Lúcio de Almeida

Jaqueline Pereira de Faria Silva

José Calazans dos Santos

José Maria Magalhães Dias

Maria Luiza Carvalho Cunha

Norma de Deus e Costa

Paulo Alves de Santana Neto

Paulo Sousa Silva

Renata de Oliveira Pinheiro

Rodrigo Pinheiro Brandão

Samya Carolina Soares Costa

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

** Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última atualização: 26 de julho de 2022





SUMÁRIO

1) Lista de Siglas.....	4
2) Apresentação	5
3) Demonstrações Contábeis do MAPA (incluindo todos os Órgãos Subordinados)	7
3.1 – Balanço Financeiro	7
3.2 – Balanço Patrimonial.....	8
3.3 – Demonstrações das Variações Patrimoniais	10
3.4 – Balanço Orçamentário	12
3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
3.6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	15
4) Sistemas Internos do Mapa	16
4.1 – Sistemas da Área Fim.....	16
4.2 – Sistemas da Área Meio	17
5) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis	18
6) Mudanças de Estrutura Administrativa	18
7) Notas Explicativas.....	19
7.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis	19
7.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas contábeis.....	19
7.3) Principais Notas ao Balanço Patrimonial	21
7.4) Principais Notas às Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	23
7.5) Principais Notas ao Balanço Orçamentário	25
7.6) Principais Notas ao Balanço Financeiro	28
7.7) Principais Notas à Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	29
7.8) Principais Notas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	30
8) Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	31
9) Nota nº 002 – Obrigações Contratuais	33
10) Nota nº 003 – Provisões	34
11) Nota nº 004 – Imobilizado	37
12) Nota nº 005 – Intangível.....	42
13) Nota nº 006 – Investimentos.....	44
14) Referências	47



1) Lista de Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
AGRONET	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	NE	Nota de Empenho
AGROSTAT	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro	NL	Nota de Lançamento
AGU	Advocacia Geral da União	NS	Nota de Sistema
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural	OB	Ordem Bancária
BB	Banco do Brasil	OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
BCB	Banco Central do Brasil	OGU	Orçamento Geral da União
BGS	Boletim de Pessoal e Serviços	PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
BGU	Balanco Geral da União	PF	Programação Financeira
BINAGRI	Biblioteca Nacional de Agricultura	PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social	PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
BO	Balanco Orçamentário	RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
BP	Balanco Patrimonial	REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás	RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudas
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais	RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
CCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	RGPS	Regime Geral de Previdência Social
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	RPNP	Restos a Pagar Não Processados
CCONT	Coordenação de Contabilidade	RPP	Restos a Pagar Processados
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A	RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
CEF	Caixa Econômica Federal	SAF	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns	SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
CFC	Conselho Federal de Contabilidade	SCRI	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
CGAQ	Coordenação-Geral de Aquisições	SE	Secretaria Executiva
CGOEF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	SEAF	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
CGLI	Coordenação-Geral de Logística Institucional	SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços	SECEX	Secretaria de Controle Externo
CGTI	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	SEI	Sistema Eletrônico de Informações
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
CGU	Controladoria-Geral da União	SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil	SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
COFIN	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
COSIS	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN	SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
DA	Departamento de Administração	SICAR	Sistema de Controle de Arrecadação
DAF	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa	SIGMA	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
DARF	Documento de Arrecadação Federal	SISLEGIS	Sistema de Consulta a Legislação
DGG	Departamento de Governança e Gestão	SPA	Secretaria de Política Agrícola
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa	SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
DISME	Distrito de Meteorologia	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais	SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
ENAGRO	Escola Nacional de Gestão Agropecuária	SCRI	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública	SUCON	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	TCE	Tomada de Contas Especial
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	TCU	Tribunal de Contas da União
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária	TDA	Título da Dívida Agrária
GF	Gestor Financeiro	TG	Tesouro Gerencial
GRU	Guia de Recolhimento da União	UG	Unidade Gestora
GPS	Guia da Previdência Social	UGE	Unidade Gestora Executora
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	UGR	Unidade Gestora Responsável
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia	VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal	VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário	VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás	VTN	Valor da Terra Nua
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias		
LFDA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária		
LOA	Lei Orçamentária Anual		
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público		
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços		
ME	Ministério da Economia		
MEP	Método da Equivalência Patrimonial		
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público		



2) Apresentação

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 10.253, de fevereiro de 2020, que têm como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização, o seguro rural, o abastecimento, a armazenagem e a garantia de preços mínimos;
- b) Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, as florestas plantadas, a heveicultura, a aquicultura e a pesca;
- c) Política nacional pesqueira e aquícola, abrangida a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;
- d) Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- e) Informação agropecuária;
- f) Defesa agropecuária e segurança do alimento;
- g) Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria;
- h) Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- i) Assistência técnica e extensão rural;
- j) Irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária, observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- k) Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- l) Desenvolvimento rural sustentável;
- m) Políticas e fomento da agricultura familiar;
- n) Reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, da Amazônia Legal e das terras quilombolas;
- o) Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola, pecuário, aos sistemas agroflorestais e à aquicultura;
- p) Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- q) Cooperativismo e associativismo na agricultura, na pecuária, na aquicultura e na pesca;
- r) Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
- s) Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- t) Negociações internacionais relativas aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca; e
- u) Gerir o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Cabe ainda ao Ministério exercer, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, a função de órgão gestor, prevista no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, em âmbito federal.

O MAPA é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de uma Secretaria Especial, seis Secretarias, um Serviço, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 10 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;



- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- f) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- g) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- h) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar;
- i) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- j) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

As entidades Vinculadas – Empresas Públicas são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

As entidades Vinculadas – Sociedades de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A;
- b) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais



3) Demonstrações Contábeis do MAPA (incluindo todos os Órgãos Subordinados)

3.1 – Balanço Financeiro

EM R\$ MILHÕES

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	3.824,47	2.590,06	Despesas Orçamentárias	9.026,45	6.360,19
Ordinárias	275,47	188,89	Ordinárias	6.272,64	3.827,68
Vinculadas	3.518,00	2.385,14	Vinculadas	2.753,81	2.532,51
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	159,67	1.125,89
Alienação de Bens e Direitos	57,58	33,12	Previdência Social (RPPS)	1.739,73	585,35
Transferências Constitucionais e Legais	4,99	4,56	Receitas Financeiras	57,63	84,08
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.453,89	2.344,44	Dívida Pública	0,02	3,71
Recursos a Classificar	1,54	3,02	Alienação de Bens e Direitos		0,08
(-) Deduções da Receita Orçamentária	31,00	16,03	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	796,77	733,41
Transferências Financeiras Recebidas	22.097,33	17.388,39	Transferências Financeiras Concedidas	16.421,63	12.721,01
Resultantes da Execução Orçamentária	14.274,79	12.206,28	Resultantes da Execução Orçamentária	9.022,51	7.563,18
Cota Recebida	5.251,61	4.631,44	Repasso Concedido	2.816,92	2.712,94
Repasso Recebido	2.822,64	2.724,93	Sub-repasso Concedido	6.194,87	4.848,65
Sub-repasso Recebido	6.194,87	4.848,65	Cota Devolvida	5,05	0,33
Repasso Devolvido	4,99	1,06	Repasso Devolvido	4,99	1,06
Sub-repasso Devolvido	0,68	0,20	Sub-repasso Devolvido	0,68	0,20
Independentes da Execução Orçamentária	7.822,54	5.182,11	Independentes da Execução Orçamentária	7.399,12	5.157,84
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.484,37	2.428,07	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.935,40	1.331,14
Demais Transferências Recebidas	704,07	561,16	Demais Transferências Concedidas	713,51	560,97
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.630,19	2.192,70	Movimento de Saldos Patrimoniais	4.746,30	3.265,73
Movimentações para Incorporação de Saldos	3,91	0,18	Movimentações para Incorporação de Saldos	3,91	
Recebimentos Extraorçamentários	4.527,98	2.667,88	Pagamentos Extraorçamentários	2.933,46	2.313,92
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	905,83	1.089,63	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	696,13	635,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.454,21	1.294,47	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.177,15	1.567,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	62,34	63,78	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	59,75	111,04
Outros Recebimentos Extraorçamentários	105,62	220,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,43	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,63	0,27	Valores Compensados	0,29	-
Restituições a Pagar	0,03	0,03	Demais Pagamentos	0,14	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,01	0,09		-	-
Arrecadação de Outra Unidade	104,94	206,76		-	-
Valores para Compensação	-	0,56		-	-
Demais Recebimentos	-	12,29		-	-
Saldo do Exercício Anterior	7.405,59	8.180,03	Saldo para o Exercício Seguinte	9.473,84	9.431,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.405,59	8.180,03	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.473,84	9.431,25
TOTAL	37.855,38	30.826,37	TOTAL	37.855,38	30.826,37

Fonte: SiafiWeb 2022



3.2 – Balanço Patrimonial

EM R\$ MILHÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	13.481,96	11.730,30	PASSIVO CIRCULANTE	5.200,20	5.048,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.473,84	7.405,59	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.335,86	1.068,91
Créditos a Curto Prazo	3.726,07	4.153,53	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	686,16	603,26
Clientes	9,53	22,67	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	138,90	161,01
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.480,88	1.510,44	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18,68	1,81
Demais Créditos e Valores	2.236,83	2.621,64	Transferências Fiscais a Curto Prazo	338,85	196,18
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-1,18	-1,22	Provisões a Curto Prazo	1,51	1,51
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,46	0,47	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.680,23	3.015,65
Estoques	279,87	170,69			
VPDs Pagas Antecipadamente	1,73	0,01			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	258.728,49	260.523,93	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.023,32	1.909,97
Ativo Realizável a Longo Prazo	24.906,80	25.711,65	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	3,02	3,01
Créditos a Longo Prazo	24.906,80	25.711,65	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	201,38	201,38	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,93	315,93
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	14.544,71	15.503,02	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	138,87	138,87	Provisões a Longo Prazo	682,15	653,79
Demais Créditos e Valores	10.025,50	9.872,60	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.022,22	937,24
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Long. Prazo	-3,67	-4,22	Resultado Diferido	-	-
Estoques	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.223,51	6.958,29
Investimentos	14,06	14,03	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Permanentes	12,06	12,04	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Participações Avaliadas p/Mét.da Equivalência Patrimonial	1,86	1,86	Patrimônio Social e Capital Social	3.406,90	3.351,23
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	20,76	20,76	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	10,55	55,67
(-) Red. ao Valor Recuperável de Particip. Permanentes	-10,55	-10,58	Reservas de Capital	0,01	0,01
Propriedades para Investimento	2,00	2,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Propriedades para Investimento	2,85	2,85	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Invest.	-0,85	-0,85	Demais Reservas	12,76	12,76
Imobilizado	233.678,47	234.675,39	Resultados Acumulados	261.556,72	261.876,27
Bens Móveis	1.218,73	1.235,50	Resultado do Exercício	-762,55	2.565,56
Bens Móveis	2.577,07	2.552,55	Resultados de Exercícios Anteriores	261.876,27	347.674,49
(-) Depreciação/ Amortização/ Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.331,60	-1.290,31	Ajustes de Exercícios Anteriores	443,00	-88.363,79
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-26,74	-26,74	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	232.459,74	233.439,89	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	264.986,94	265.295,93
Bens Imóveis	233.084,59	234.465,67			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-624,85	-1.025,78			
Intangível	129,16	122,85			
Softwares	128,39	122,08			
Softwares	181,18	174,44			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-52,79	-52,36			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	0,49			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	0,49			
(-) Amortiz. Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	0,00	0,00			
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28			
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	272.210,45	272.254,22	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	272.210,45	272.254,22

Fonte: SifWeb 2022



Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

EM R\$ MILHÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	9.715,31	7.667,88	PASSIVO FINANCEIRO	9.832,85	8.383,03
ATIVO PERMANENTE	262.495,14	264.586,35	PASSIVO PERMANENTE	5.825,76	5.985,37
			SALDO PATRIMONIAL	256.551,84	257.885,82

Quadro de Compensações

EM R\$ MILHÕES

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2022		2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.846,48 9.330,65
Atos Potenciais Ativos		Atos Potenciais Passivos	9.846,48 9.330,65
Garantias e Contragarantias Recebidas		Garantias e Contragarantias Concedidas	0,01 0,01
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	5.022,85 4.837,75
Direitos Contratuais		Obrigações Contratuais	4.823,62 4.492,89
Outros Atos Potenciais Ativos		Outros Atos Potenciais Passivos	- -
TOTAL		TOTAL	9.846,48 9.330,65

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

EM R\$ MILHÕES

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.738,99
Recursos Vinculados	4.621,45
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-60,95
Previdência Social (RPPS)	-335,61
Receitas Financeiras	-47,85
Dívida Pública	1.372,40
Alienação de Bens e Direitos	246,16
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.327,02
Outros Recursos Vinculados	120,29

Fonte: SiafiWeb 2022



3.3 – Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	EM R\$ MILHÕES	
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	27.021,52	44.712,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30,45	29,64
Impostos	0,06	-
Taxas	30,39	29,64
Contribuições	1.044,10	905,19
Contribuições Sociais	1.030,13	899,11
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	13,96	6,08
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	110,35	137,23
Venda de Mercadorias	49,97	91,84
Vendas de Produtos	-	0,01
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	60,38	45,39
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	418,36	262,46
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	77,45	41,37
Juros e Encargos de Mora	14,30	10,77
Variações Monetárias e Cambiais	14,84	0,99
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	311,77	209,33
Transferências e Delegações Recebidas	22.779,10	18.293,75
Transferências Intragovernamentais	22.296,86	17.573,09
Transferências Intergovernamentais	0,70	0,02
Transferências das Instituições Privadas	3,19	-
Transferências do Exterior	0,69	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	477,66	720,64
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.422,92	24.512,47
Reavaliação de Ativos	635,11	1.216,57
Ganhos com Alienação	16,80	1,02
Ganhos com Incorporação de Ativos	547,67	20.195,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.223,31	3.099,26
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,03	0,08
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	216,23	571,77
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	50,04	30,08
Resultado Positivo de Participações	0,03	0,10
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	7,12	32,28
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	159,04	509,30

Fonte: SiafiWeb 2022



EM R\$ MILHÕES

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	27.784,06	22.438,72
Pessoal e Encargos	2.980,85	3.031,49
Remuneração a Pessoal	2.144,30	2.168,95
Encargos Patronais	716,44	748,55
Benefícios a Pessoal	53,85	55,05
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	66,27	58,95
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.441,61	1.438,36
Aposentadorias e Reformas	894,87	910,70
Pensões	525,08	503,80
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21,67	23,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	893,22	667,56
Uso de Material de Consumo	56,49	43,70
Serviços	770,31	557,04
Depreciação, Amortização e Exaustão	66,41	66,83
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3,47	2,16
Juros e Encargos de Mora	0,12	0,22
Variações Monetárias e Cambiais	1,06	0,06
Descontos Financeiros Concedidos	1,24	1,88
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1,04	-
Transferências e Delegações Concedidas	17.756,26	13.532,52
Transferências Intragovernamentais	16.631,72	12.932,57
Transferências Intergovernamentais	774,04	260,07
Outras Transferências e Delegações Concedidas	350,50	339,87
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.024,02	3.283,35
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.308,84	496,04
Perdas com Alienação	0,37	8,67
Perdas Involuntárias	5,54	8,92
Incorporação de Passivos	856,45	816,28
Desincorporação de Ativos	852,82	1.953,45
Tributárias	25,03	15,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19,95	15,14
Contribuições	5,08	0,79
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	89,18	119,40
Custo das Mercadorias Vendidas	89,17	119,38
Custos dos Produtos Vendidos	0,01	0,02
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	570,43	347,94
Incentivos	0,33	0,77
Subvenções Econômicas	532,30	297,21
Constituição de Provisões	33,01	45,19
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4,78	4,77
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-762,55	22.273,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2022	2021

Fonte: SiafiWeb 2022



3.4 – Balanço Orçamentário

EM R\$ MILHÕES

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.529,44	2.529,44	1.562,23	-967,21
Receitas Tributárias	70,77	70,77	21,27	-49,50
Taxas	70,77	70,77	21,27	-49,50
Receitas de Contribuições	1.476,95	1.476,95	1.047,37	-429,58
Contribuições Sociais	1.476,51	1.476,51	1.047,22	-429,29
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,44	0,44	0,15	-0,29
Receita Patrimonial	229,52	229,52	326,38	96,86
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7,93	7,93	7,03	-0,90
Valores Mobiliários	200,98	200,98	307,26	106,28
Exploração de Recursos Naturais	20,61	20,61	12,09	-8,52
Receita Agropecuária	10,61	10,61	7,96	-2,65
Receita Industrial	0,08	0,08	-	-0,08
Receitas de Serviços	532,39	532,39	119,91	-412,48
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	62,19	62,19	42,46	-19,73
Serviços e Atividades Financeiras	470,20	470,20	77,45	-392,75
Transferências Correntes	4,04	4,04	4,58	0,54
Outras Receitas Correntes	205,09	205,09	34,76	-170,33
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	45,15	45,15	28,73	-16,43
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	68,29	68,29	-14,47	-82,76
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	0,38	0,38
Demais Receitas Correntes	91,64	91,64	20,12	-71,52
RECEITAS DE CAPITAL	6.443,65	6.443,65	2.262,24	-4.181,41
Operações de Crédito	12,70	12,70	-	-12,70
Operações de Crédito Internas	0,18	0,18	-	-0,18
Operações de Crédito Externas	12,52	12,52	-	-12,52
Alienação de Bens	558,24	558,24	56,50	-501,74
Alienação de Bens Móveis	470,23	470,23	1,44	-468,79
Alienação de Bens Imóveis	88,01	88,01	55,05	-32,95
Amortização de Empréstimos	5.871,83	5.871,83	2.205,74	-3.666,09
Transferências de Capital	0,88	0,88	-	-0,88
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.973,09	8.973,09	3.824,47	-5.148,62
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.973,09	8.973,09	3.824,47	-5.148,62
DEFICIT	-	-	5.201,98	5.201,98
TOTAL	8.973,09	8.973,09	9.026,45	53,37
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-1.904,52	-	1.904,52
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	54,40	-	-
Créditos Cancelados	-	-1.958,92	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.531,98	11.936,56	8.486,71	5.409,87	4.508,36	3.449,85
Pessoal e Encargos Sociais	8.695,77	8.685,39	6.504,97	4.277,36	3.552,63	2.180,41
Outras Despesas Correntes	3.836,22	3.251,18	1.981,74	1.132,51	955,72	1.269,44
DESPESAS DE CAPITAL	9.765,51	8.456,42	539,74	162,38	158,06	7.916,68
Investimentos	1.260,28	1.305,66	319,25	14,35	11,46	986,41
Inversões Financeiras	8.505,23	7.150,76	220,49	148,03	146,61	6.930,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	492,61	492,61	-	-	-	492,61
SUBTOTAL DAS DESPESAS	22.790,10	20.885,59	9.026,45	5.572,25	4.666,42	11.859,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	22.790,10	20.885,59	9.026,45	5.572,25	4.666,42	11.859,13
TOTAL	22.790,10	20.885,59	9.026,45	5.572,25	4.666,42	11.859,13



Fonte: SiafiWeb 2022

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

EM R\$ MILHÕES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	440,30	417,82	27,05	370,38
Pessoal e Encargos Sociais	18,70	18,69	7,63	11,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	421,60	399,12	19,42	358,92
DESPESAS DE CAPITAL	1.952,05	1.759,33	9,99	4.825,90
Investimentos	786,16	593,81	9,79	3.338,24
Inversões Financeiras	1.165,88	1.165,53	0,21	1.487,66
TOTAL	2.392,34	2.177,15	37,05	5.196,28

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

EM R\$ MILHÕES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO
	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	628,14	627,56	4,70	96,73
Pessoal e Encargos Sociais	586,91	585,63	0,19	1,41
Outras Despesas Correntes	41,23	41,93	4,51	95,32
DESPESAS DE CAPITAL	102,24	68,56	0,10	147,71
Investimentos	93,47	59,79	0,08	106,71
Inversões Financeiras	8,77	8,78	0,03	41,00
TOTAL	730,38	696,13	4,80	244,44

Fonte: SiafiWeb 2022



3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

	EM R\$ MILHÕES	
	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.209,87	1.118,23
INGRESSOS	23.826,88	18.988,62
Receita Tributária	21,27	20,75
Receita de Contribuições	1.047,37	852,31
Receita Patrimonial	19,15	13,82
Receita Agropecuária	7,96	3,43
Receita Industrial	-	0,02
Receita de Serviços	119,91	73,70
Remuneração das Disponibilidades	307,23	206,21
Outras Receitas Derivadas e Originárias	34,76	146,46
Transferências Recebidas	4,58	0,02
Intergovernamentais	-	0,02
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	0,02
Outras Transferências Recebidas	4,58	-
Outros Ingressos Operacionais	22.264,65	17.671,90
Ingressos Extraorçamentários	62,34	63,78
Restituições a Pagar	0,03	0,03
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,01	0,09
Transferências Financeiras Recebidas	22.097,33	17.388,39
Arrecadação de Outra Unidade	104,94	206,76
Valores para Compensação	-	0,56
Demais Recebimentos	-	12,29
DESEMBOLSOS	-22.617,01	-17.870,38
Pessoal e Demais Despesas	-5.023,23	-4.393,89
Administração	-0,06	-0,02
Defesa Nacional	0,00	-
Assistência Social	-141,31	-217,96
Previdência Social	-1.330,57	-1.302,17
Direitos da Cidadania	-0,64	-2,06
Urbanismo	-24,59	-
Gestão Ambiental	-18,44	-16,35
Ciência e Tecnologia	-0,05	-0,03
Agricultura	-2.975,76	-2.470,22
Organização Agrária	-443,92	-301,18
Indústria	-0,02	-
Energia	0,00	-0,03
Encargos Especiais	-88,50	-84,14
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,63	0,27
Transferências Concedidas	-1.111,97	-644,44
Intergovernamentais	-611,89	-149,13
A Estados e/ou Distrito Federal	-182,96	-48,01
A Municípios	-428,92	-101,12
Intragovernamentais	-483,69	-485,25
Outras Transferências Concedidas	-16,40	-10,06
Outros Desembolsos Operacionais	-16.481,81	-12.832,05
Dispêndios Extraorçamentários	-59,75	-111,04
Transferências Financeiras Concedidas	-16.421,63	-12.721,01
Valores Compensados	-0,29	-
Demais Pagamentos	-0,14	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	858,37	132,98
INGRESSOS	2.262,24	1.273,35
Alienação de Bens	56,50	33,10
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.205,74	1.240,25
DESEMBOLSOS	-1.403,87	-1.140,37
Aquisição de Ativo Não Circulante	-63,17	-51,10
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.173,62	-1.002,00
Outros Desembolsos de Investimentos	-167,07	-87,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.068,25	1.251,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.405,59	8.180,03



CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL

9.473,84

9.431,25

Fonte: SiafiWeb 2022



3.6 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EM R\$ MILHÕES

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.351,23	18,58	0,01	18,96	12,76	347.674,49	-	-	351.076,03
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-1,39	-	-	-	-88.363,62	-	-	-88.365,01
Aumento/Redução de Capital	-	38,48	-	-	-	-	-	-	38,48
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.546,23	-	-	2.546,23
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-18,96	-	19,17	-	-	0,20
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	3.351,23	55,67	0,01	-	12,76	261.876,27	-	-	265.295,93

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	3.351,23	55,67	0,01	-	12,76	261.876,27	-	-	265.295,93
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	0,25	-	-	-	15,63	-	-	15,88
Aumento/Redução de Capital	55,67	-45,37	-	-	-	-	-	-	10,30
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	10,43	-	-	10,43
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-762,55	-	-	-762,55
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	3.406,90	10,55	0,01	-	12,76	261.139,78	-	-	264.570,00

Fonte: SiafiWeb 2022



4) Sistemas Internos do Mapa

4.1 – Sistemas da Área Fim

Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação – SDI/MAPA

[SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas](#)

[SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC](#)

[SELO ARTE - SGSA - Sistema de Gestão do Selo Arte](#)

Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP/MAPA

[FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira](#)

[SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural](#)

[SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso](#)

[SIZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático](#)

[SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira](#)

[SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras](#)

Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA

[DCPOA - Declaração de Produtos de Origem Animal](#)

[SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos](#)

[AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários](#)

[CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual](#)

[PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária](#)

[RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças](#)

[RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores](#)

[SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas](#)

[SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios](#)

[SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64](#)

[SIPE2000 - Sistema de Cadastro e Estabelecimento e Registros de Produtos na Área Animal](#)

[SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários](#)

[PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária – SIGSIF](#)

[PGA-RASTREABILIDADE - Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva](#)

[SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos – Web](#)

[SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros](#)

[SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos](#)

[e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias](#)

[SQFI - Sistema de Quarentena Fitossanitária](#)

[SISRES - Sistema de Controle de Resíduos](#)

[SISREC - Sistema de Informação de Requisitos e Certificados da Área Animal](#)

[SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança](#)

[SIGPBC - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambolae](#)

[SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal](#)

[SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças](#)

[SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos](#)

[SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários](#)

[SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF](#)

[SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais](#)

[AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário](#)

[SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas](#)

[e-SISBI-SGSI - Sistema de Gestão de Serviço de Inspeção](#)

[e-SISBI-SGE - Sistema de Gestão de Estabelecimento](#)

[SIGEP - Sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos](#)

[SGD-CGAL - Sistemas de Gestão de Demandas](#)

[SNPC - Sistema de Informações Documentais](#)

[SNPC - Cultivar Web](#)

Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF/MAPA

[SIGORG - Modulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica](#)

[SIGORG - Modulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica](#)

[SIGPI - Sistema de Gestão da Produção Integrada](#)



Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA

[FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira](#)

[SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural](#)

[SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso](#)

[SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático](#)

[SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira](#)

[SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras](#)

Secretaria de Comércio e Internacionais – SRI/MAPA

[ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS](#)

[SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais](#)

[AGROEVENTOS - Sistema de Eventos](#)

[AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegocio Brasileiro](#)

4.2 – Sistemas da Área Meio

Gabinete do Ministro – GM

[SIGME - Sistema de Gestão de Memória Executiva](#)

[SA - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos](#)

Assessoria Especial de Comunicação e Eventos – ACE/MAPA

[Portal MAPA - Pagina web da Internet](#)

Assessoria Parlamentar – ASPAR/GM

[EP - Emendas Parlamentares](#)

[RP - Sistema de Relacionamento Parlamentar](#)

Secretaria-Executiva – SE/MAPA

[ÁGATHA - Sistema de Gestão de Riscos](#)

[BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura](#)

[GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional](#)

[MAPAVITRO - Gestão de contratos](#)

[SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados](#)

[SGCAM - Sistema de Gestão de Camaras Setoriais e Tematicas](#)

[SGI - Sistema de Gestão Integrada](#)

[SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento](#)

[SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro](#)

[SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural](#)

[SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação](#)

[CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica](#)

[AVA ENAGRO VIRTUAL](#)

[LECOM - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços](#)

[LECOM-ADM - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços](#)

Departamento de Administração – DA/SE

[SisGP- Sistema de Gestão de Pessoas \(Programa de gestão\)](#)

[AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA](#)

[ALMOX - Sistema de Almoxarifado](#)

[ALMOXARIFADO VIRTUAL - Sistema de Almoxarifado Virtual](#)

[CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil](#)

[PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais](#)

[PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência](#)

[SCVA - Sistema de Controle de Veiculos Automotores do MAPA](#)

[SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos](#)

[SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho](#)

[SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa](#)

[SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde](#)

[SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação](#)

[SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos](#)



[SEI - Sistema Eletrônico de Informações](#)
[SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída](#)
[SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional](#)
[SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias](#)
[THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola](#)
Departamento de Tecnologia da Informação – DTI/SE
[AUTENTICACÃO - Sistema de Controle de Acesso](#)
[CORREIO MAPA - Gerenciador de Correios](#)
[MANUAIS – DTI](#)
[MAPA DRIVE - Sistema de Nuvem de Arquivos](#)
[SCAWEB - Sistema de Controle de Acesso](#)
[SIGESTI - Sistema de Gestão de TI](#)
[SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso](#)
[SKYPE FOR BUSINESS - Ferramenta de Mensageria](#)
[TIFACIL - Sistema gerenciador de chamados](#)
[VÍDEO CONFERÊNCIA - Sistema de Vídeo Conferencia](#)
[VOIP - Sistema de Gerenciamento de Voice sobre IP](#)

Contador Geral Responsável pelo MAPA
Alberto Jeronimo Pereira

Registro no CRC
GO 006624/T-8

5) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis deste trimestre.

6) Mudanças de Estrutura Administrativa

Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019, e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;

O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, DOU de 04/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo;

No Decreto nº 10.253, de 03/10/2019, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança; e

Atualmente o Decreto nº 10.827, de 30/09/2021, aprova a Estrutura e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 3.035 de 27/04/199 e o Decreto nº 6.010 de 03/01/2007.



7) Notas Explicativas

7.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são as peças elaboradas pelo Setor Público em observância ao que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente. São compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas (NE).

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta, partes integrantes do Poder Executivo Federal.

7.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas contábeis

Apresenta-se na sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o **Real**, conforme o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caso haja algum saldo em moeda estrangeira, há a conversão para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c. Créditos a curto prazo

Compreende os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

- i. Adiantamentos Concedidos;
- ii. Créditos tributários;
- iii. Empréstimos e financiamentos concedidos.

d. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.



O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

No **Mapa** compreendem-se os direitos a receber a longo prazo, principalmente com:

- i. Créditos a receber (Ex.: adiantamentos concedidos, créditos tributários, dívida ativa; e empréstimos e financiamentos concedidos);
- ii. Investimentos e aplicações temporárias;
- iii. VPD pagas antecipadamente.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Investimentos

- i. Participações permanentes;
- ii. Propriedades para investimento; e
- iii. Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (**Impairment**).

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável. **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.**

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.



A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do Mapa (União) são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. Empréstimos e Financiamentos
- iii. Fornecedores e contas a pagar;
- iv. Obrigações fiscais;
- v. Obrigações de repartições a outros entes;
- vi. Provisões; e
- vii. Demais obrigações.

k. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras do Mapa (União), internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor pode ser estimado com suficiente segurança. Os tipos de provisão mais relevantes são:

- i. Riscos trabalhistas;
- ii. Riscos fiscais;
- iii. Riscos cíveis;
- iv. Repartição de créditos tributários;
- v. Provisões matemáticas; e
- vi. Outras.

7.3) Principais Notas ao Balanço Patrimonial

Ativo Circulante

Em relação à conta **Caixa e Equivalentes de Caixa** por órgão, destacou-se a variação de 51,89% do **Funcafe**, decorrente de recursos da Conta única aplicado, conforme autorização para esse fim, e 33,63% no **Incra** decorrente de Títulos da Dívida Agrária.

A seguir apresenta-se a discriminação desse grupo de contas:

Caixa e Equivalentes de Caixa	30/06/2022		31/03/2022	
	Saldo R\$	AV	Saldo R\$	AH %
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	4.543,59	48,17%	3.499,03	29,85%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5,38	0,06%	5,39	-0,11%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,07	0,00%	0,26	-72,53%
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	2.469,92	26,18%	2.401,98	2,83%
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA EM TRANSITO	116,53	1,24%	185,03	-37,02%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1,08	0,01%	1.238,89	1,69%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.614,88	17,12%	444,18	30,35%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	676,73	7,17%	4,17	52,36%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,62	0,05%	3.499,03	10,56%
TOTAIS	9.432,79		7.779,99	

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

A conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados** representa 48,17% do total da rubrica neste trimestre e refere-se às



aplicações financeiras do órgão **Funcafé** na Conta Única da União.

Em relação aos **Títulos da Dívida Agrária**, neste trimestre equivalem a 26,18%, e referem-se às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados à política de reforma agrária, registrados no órgão **Incra**.

❖ **Empréstimos e Financiamentos Concedidos:**

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos do órgão **Fundo de Terras** representam 98,37% do valor total da rubrica e são referentes à capitalização do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), representados pelos Financiamentos emanados no BNDES.

❖ **Estoques:**

Em relação aos Estoques, destaca-se a empresa Conab, representa 89,25% de aumento em relação a 2021 e representa 77,78% do valor total deste trimestre. O aumento do estoque decorre de aquisição de alimentos para formação de estoques e cestas básicas com destaque às aquisições de milho pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Ativo Não Circulante

❖ **Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo e Dívida Ativa Não Tributária:**

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Os empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram uma redução de 6,18%, destacando-se no **Funcafé**, em que a redução foi em torno de 19,03% e decorre de reembolsos de encargos financeiros contratuais da linha do capital de giro e maior valor ocorrido em junho/2022 (BB, Banco Ribeiro Preto, Banco Rabobank, Banco BNP Paribas, Banco Cooperativo SICCOB, Banco Multiplo S/A, Cooperativa de Crédito Livre Admissão de Carmo do RI, Cooperativa de Crédito CREDIVAR Ltda., Banco ABC do Brasil S/A, Banco BTG Pactual S/A, Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, Banco Safra S/A, Banco Fibra S/A, Banco Votorantim S/A, Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BMG S/A, Cooperativa de Crédito COOPACREDI Ltda., Banco Santander Brasil S/A, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

Ademais, há apenas registro de Ajustes de Perdas em Créditos a Longo Prazo de R\$ 3,66 milhões na **Embrapa** e na **Conab**.

Dívida Ativa Não Tributária

A Dívida Ativa Não Tributária do **Incra** (100% do total da rubrica) é resultado de inscrições em dívida ativa realizada na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, as publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Autarquia citada.

❖ **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:**

Os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo tiveram leve aumento de 1,55% e o órgão **Incra** representa 81,38% do total da rubrica, cujo valor é de R\$ 8.155,86 oito milhões de reais refere-se aos registros de Créditos a Receber referentes à Regularização Fundiária.

Ademais, no período, destacou-se a variação horizontal de 8,38% na **CONAB**, que apesar de não apresentar a maior variação percentual, em termos absolutos, foi a que apresentou maior representatividade e é oriunda de depósitos judiciais efetuados.

- ❖ O Imobilizado é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004](#);
- ❖ O Intangível é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005](#);
- ❖ Os Investimentos são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006](#).

Passivo Circulante

Do total do Passivo Exigível no valor de R\$ 7.223,51 bilhões, o Passivo Circulante representa 71,99% e seu saldo teve um aumento mínimo de 3,01%.

❖ **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:**

O saldo da **Conab** teve acréscimo de 14,68% neste Trimestre em relação ao último trimestre/2021, referente em sua maioria aos pagamentos de equalização da ação orçamentária 0299-AGF Equalização para a IF 955 - **Conab**. O saldo restante representa o diferimento dos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida



pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques e da recuperação de créditos, conforme Portaria Interministerial MAPA/MF nº 38/2004.

- ❖ Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são objeto de análise à parte conforme a Nota nº 001;
- ❖ Demais Obrigações a Curto Prazo:

Passivo Não Circulante

- ❖ Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo:

Ocorreu acréscimo de 0,33% em decorrência de atualização do principal de precatórios alimentícios e comuns a serem pagos em 2023 – Órgão do INCRA.

- ❖ Demais Obrigações a Longo Prazo:

As Demais Obrigações a Longo Prazo tiveram aumento de 9,07%, principalmente por conta da **Conab**, no que se refere a atualização de valores do Processo CIBRIUS, termo de adimplimento parcelado em 228 parcelas.

- ❖ As Provisões de Longo Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003.

Patrimônio Líquido

- ❖ Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Na Administração Direta resultou em uma reversão de 100,51% em relação ao 4º trimestre de 2021 resultando em um saldo credor de R\$ 450,77 milhões.

Na Administração Indireta houve um acréscimo de 413,32% em relação ao último trimestre de 2021, resultando em um saldo Devedor de R\$ 7,77 milhões neste trimestre.

7.4) Principais Notas às Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no Segundo Trimestre de 2022 foi deficitário em comparação ao trimestre equivalente de 2021, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	R\$ Milhões		
VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	30/06/2022	30/06/2021	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	27.021,52	44.712,51	-39,57%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	27.784,06	22.438,72	23,82%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-762,55	22.273,79	-103,42%

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Na tabela das Variações Patrimoniais Quantitativas acima o Resultado Patrimonial do Período teve redução de 103,40%, devido ao resultado dos registros de desincorporação de ativos no Órgão INCRA.

Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o **MAPA** e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de



competência.

VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ Milhões		
	30/06/2022	30/06/2021	AH%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	13,96	6,08	129,75%
Vendas de Mercadorias	49,97	91,84	-45,59%
Variações Monetárias e Cambiais	14,85	0,99	1.392,82%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.422,92	24.512,47	-90,12%
Reavaliação de Ativos	635,11	1.216,57	-47,79%
Ganhos com Alienação	16,80	1,02	1.543,91%
Ganhos com Incorporação de Ativos	547,67	20.195,53	-97,29%
Reversão de Provisões e ajustes para Perdas	7,12	32,28	-77,95%

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

a) VPA – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Houve um acréscimo de 129,75% na conta “Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE” do **INCRA**, relativo a Contribuição especial de competência Exclusiva da União, com a arrecadação do Terceiro Decêndio em relação ao segundo trimestre do exercício de 2021.

b) VPA – Vendas de Mercadorias

Em relação ao 2º trimestre de 2021 houve uma redução de 45,59% da venda de milho armazenado em Estoque Estratégico da **Conab**. A **Embrapa** teve reação positiva decorrente basicamente da comercialização de produtos vegetais e animais, livros periódicos e produtos agropecuárias em diversas Unidades da empresa.

c) VPA – Variações Monetárias e Cambiais

Trata-se de atualização Monetária referente a rendimento de Processo Judicial (depósitos restituíveis) da **Embrapa**, bem como atualizações de créditos tributários na **CONAB**. No total da conta houve um aumento em torno de 1.392,82%.

d) VPA – Valorização e Ganhos C/ Ativos e Desincorporação de Passivos

A variação patrimonial de Ganhos com Incorporação de ativos teve uma redução de 90,12% em 2022 decorrente de registros de imóveis de uso especial no SPIUnet feitos no **Mapa** e no **Incrá**. Na **Embrapa** ocorreu redução decorrente de pagamento das parcelas do Programa de Desligamento Incentivado – PDI e diminuição por conta da prestação de contas de TEDs.

e) VPA – Reavaliação e Ativos

Impacto negativo de 47,79% decorrente da Reavaliação de Imóveis de uso especial no SPIUnet do **Mapa** e do **Incrá**.

f) VPA – Ganhos com Alienação

Neste trimestre houve um aumento de 1.543,91% decorrentes de alienação de imóveis da **CONAB** São Gabriel do Oeste (Rodovia BR163. KM55) e Sidrolândia – MS (Rodovia MS162 KM6) , ocorrendo ganhos com a venda de ativos onde seu valor é maior que o contábil. Porém na **Embrapa** ocorreu um decréscimo relacionado com as vendas/leilões de bens móveis.

g) VPA – Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas

Ajuste de Provisões para Indenizações Fiscais dos Passivos Contingentes até este trimestre na Unidade Núcleo Estoque Regulador – Sede do órgão da **CONAB**.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o ME, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	30/06/2021	AH%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	66,27	58,95	12,41%
Uso de Material de Consumo	56,49	43,70	29,29%
Juros e Encargos de Mora	0,12	0,22	-43,47%
Variações Monetárias e Cambiais	1,06	0,06	1.659,25%
Descontos Financeiros Concedidos	1,24	1,88	-34,28%
Transferências Intergovernamentais	16.631,72	12.932,57	28,60%
Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.308,84	496,04	365,46%
Perdas com Alienação	0,37	8,67	-95,78%
Desincorporação de Ativos	852,82	1.953,45	-56,34%



Custos das Mercadorias e Prod. Vendidos	89,18	119,40	-25,31%
-----------------------------------------	-------	--------	---------

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

a) VPD – Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas

Acréscimo em 365,46% em comparação ao mesmo trimestre de 2021 referente a “Reavaliação de Bens Imóveis” com maior destaque de 100% na CONAB por desvalorização de Imóveis na Superintendência Regional do Maranhão.

b) VPD – Perdas com Alienação

A oscilação entre o trimestre de 2022 e 2021 ocasionando um decréscimo de 95,78%, referente a baixa patrimonial relativa ao Leilão nº 02/2021 da Embrapa.

c) VPD – Desincorporação de Ativo

A diminuição nesta rubrica em torno de 56,34% verificou-se nos seguintes órgãos:

Órgão	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	30/06/2021	AH %
Mapa	47,95	99,46	-51,79%
Incra	4,03	1.288,87	-99,69%
Embrapa	17,09	35,86	-52,34%
Conab	775,31	509,60	52,14%
Funcafe	7,68	13,70	-43,94%
SFB	0,76	5,97	-82,27%
Totais	852,82	1.953,45	-56,34%

7.5) Principais Notas ao Balanço Orçamentário

Regime Orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35°, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do segundo trimestre/2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa da receita estimada e despesa fixada pela Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, LOA para o exercício financeiro de 2022.

O total da previsão atualizada das Receitas Correntes e das Receitas de Capital do 2º trimestre de 2022 é de R\$8.973,09 milhões, cujas receitas realizadas são de R\$ 3.825,67 milhões, equivalente à 42,63% de todas as receitas previstas, conforme tabela de Receitas Realizadas no 2º Trimestre.

Natureza da Receita	EM R\$ MILHÕES	
	Receita Líquida	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.563,95	
___ Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21,27	
___ Contribuições	1.047,37	
___ Receita Patrimonial	326,38	
___ Outras Receitas Patrimoniais	326,38	
___ Transferências Correntes	4,58	
___ Demais Receitas Correntes	164,34	
___ Receitas Correntes Restantes	164,34	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	1.563,95	
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.262,24	
___ Amortização de Empréstimos (VII)	2.205,74	
___ Alienações de Bens	56,50	
___ Outras Alienações de Bens	56,50	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	56,50	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	1.620,44	

Fonte: Tesouro Gerencial 2022



A Despesa fixada, Despesa Corrente e Despesa de Capital, apresenta a dotação inicial de R\$22.790,10 bilhões, a despesa foi atualizada no valor de R\$ 20.885,59 bilhões, neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 9.019,47 bilhões, equivalente à 43,19% da dotação atualizada, conforme tabela de Execução da Despesa:

EM R\$ MILHÕES

EXECUÇÃO DA DESPESA						
Órgãos	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (b - c)
Mapa	7.671,97	7.290,88	3.402,69	2.593,78	2.135,40	3.888,19
INCRA	3.486,45	1.937,64	1.437,74	651,76	544,00	499,90
EMBRAPA	3.377,64	3.407,46	3.298,51	1.606,51	1.334,77	108,95
CONAB	1.622,12	1.618,23	781,25	616,66	551,63	836,98
FUNCAFE	6.086,28	6.086,28	0,85	0,67	0,67	6.085,43
SFB	65,03	64,48	7,56	2,06	2,06	56,92
FUNDO DE TERRAS	480,61	480,61	97,83	97,83	97,83	382,78
TOTAL	22.790,10	20.885,59	9.026,43	5.569,27	4.666,36	11.859,15

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor, apresenta valor pago neste trimestre de R\$ 2.177,18 dois bilhões, referente à 29,38% do total dos Restos a Pagar não Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

EM R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	26,61	11,18	18,70	18,69	7,63	11,46
Outras Despesas Correntes	177,25	600,22	421,60	399,12	19,42	358,92
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.651,46	2.290,37	786,16	593,81	9,79	3.338,24
Inversões Financeiras	1.042,20	1.611,20	1.165,88	1.165,53	0,21	1.487,66
TOTAL	2.897,52	4.512,96	2.392,34	2.177,15	37,05	5.196,28

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, apresenta valor pago neste trimestre de R\$674,28 (seiscentos e setenta e quatro milhões e duzentos e oitenta mil reais), referente à 71,66% do saldo dos Restos a Pagar Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

EM R\$ MILHÕES

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	304,72	1.544,25	1.045,38	31,76	771,83
Pessoal e Encargos Sociais	26,93	625,02	604,32	7,83	39,80
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	277,79	919,23	441,06	23,93	732,04
DESPESAS DE CAPITAL	2.807,79	6.811,60	1.827,90	10,10	7.781,40
Investimentos	1.724,56	4.108,40	653,59	9,86	5.169,51
Inversões Financeiras	1.083,23	2.703,20	1.174,31	0,23	2.611,89
Amortização da Dívida					
TOTAL	3.112,51	8.355,85	2.873,28	41,85	8.553,23

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o Segundo Trimestre de 2022, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 3.825,67 bilhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 9.019,47, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 5.193,80 bilhões no referido período, este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o órgão não é agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

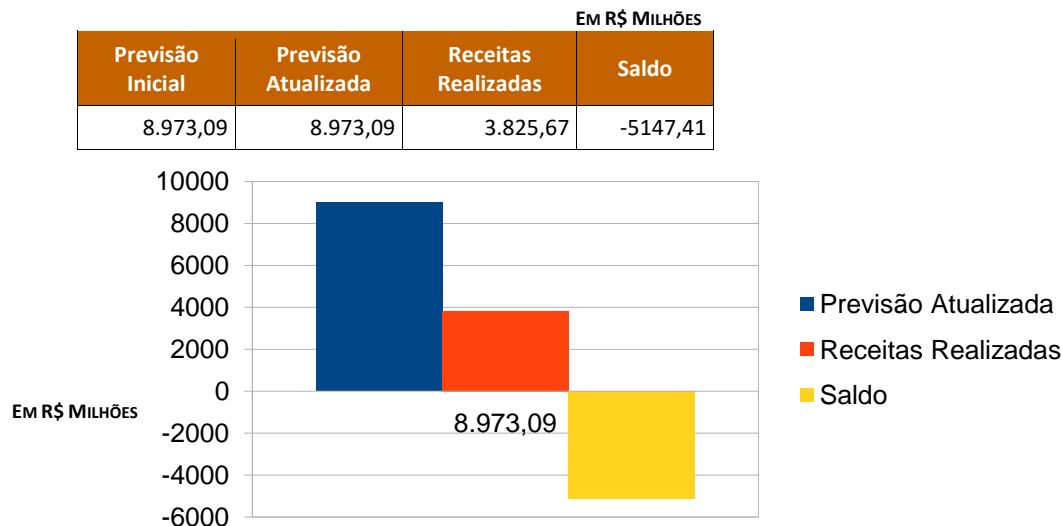


De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas alcançou cerca de 43,19 % da dotação atualizada (R\$ 20.885,59) para o exercício de 2022.

A realização de receitas (R\$ 3.825,67 bilhões) no Segundo Trimestre de 2022 alcançou 42,62% da previsão atualizada de arrecadação (R\$ 8.973,09 bilhões).

No gráfico a seguir, demonstra-se o comportamento das receitas realizadas, das despesas empenhadas e das receitas realizadas.

GRÁFICO – RECEITAS E DESPESAS – PREVISÃO X EXECUÇÃO



Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
22.790,10	20.885,59	9.019,47	5.558,00	4.666,39	11.866,11

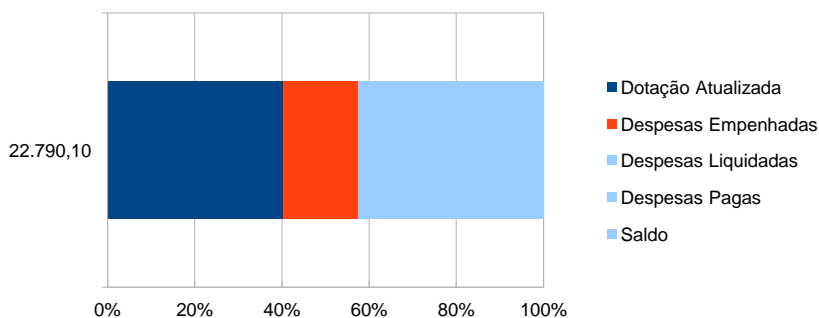


GRÁFICO – DOTAÇÃO INICIAL X EXECUÇÃO DA DESPESA

ENTIDADES ABRANGIDAS

Órgãos Subordinados	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	22101, 72122, 74104,
II – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	22201, 93182
III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	22202, 93183
IV – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	22211, 93184
V – Serviço Florestal Brasileiro – SFB	22106, 73115, 93181
VI – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE	22906, 74901
VII – Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA	49901, 74906



Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante

As despesas intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

- Descentralizações Concedidas pelo Mapa: R\$ 1.779,56 bilhão, sendo 40% do órgão Ministério da Agricultura e 52,67% do Incra.
- Descentralizações Recebidas no Mapa: R\$1.543,03 bilhão, com valores expressivos no órgão da Conab, representando 76,08% do total firmado.

EM R\$ MILHÕES

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
Min. Agricultura	68,20	28,45	30,78	8,46	710,24	195,91	472,00	39,20
Incra	144,17	69,06	75,12	0,00	937,21	600,91	334,47	1,01
Embrapa	151,15	31,55	98,02	14,31	76,27	30,62	16,19	24,15
Conab	1.174,01	72,59	410,21	662,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Funcafé	0,00	0,00	0,00	0,00	25,10	5,71	11,70	7,68
SFB	5,50	0,12	5,38	0,00	30,73	1,57	28,36	0,58
Total	1.543,03	201,78	619,51	684,79	1.779,56	834,72	862,72	72,62

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizou R\$ 22.790,10 milhões (vinte e dois bilhões setecentos e noventa milhões e cem mil reais), e no segundo trimestre ocorreu um decréscimo de 415,00 milhões (quatrocentos e quinze milhões de reais) resultando uma dotação atualizada totalizou R\$22.375,10 (vinte de dois bilhões trezentos e setenta e cinco milhões e cem mil reais).

EM R\$ MILHÕES

Órgão	DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
Min. Agricultura	7.671,97	170,10			(551,19)	7.290,88
Incra	3.486,45	69,78			(1.618,59)	1.937,64
Embrapa	3.377,64	30,42			(0,60)	3.407,46
Conab	1.622,12	12,18			(16,08)	1.618,23
Funcafé	6.086,28	0,00			0,00	6.086,28
SFB	65,03	0,00			(0,56)	64,48
Fundo de Terras	480,61	0,00			0,00	480,61
TOTAL	22.790,10	282,50			(2.187,01)	20.885,59

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

7.6 Principais Notas ao Balanço Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise ao Balanço Financeiro do 2º trimestre de 2022, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário de R\$ 9.473,84 bilhões e a sua formação é detalhada na tabela seguinte:

Demonstração do Resultado Financeiro.

EM R\$ MILHÕES

	30/06/2022	30/06/2021	AH
(+) Ingressos	37.885,38	30.826,37	22,90%
(-) Dispêndios	-28.381,54	-21.395,12	32,65%
(=) Resultado Financeiro	9.473,84	9.431,37	0,45%

Fonte: Tesouro Gerencial 2022



Quando comparado o Resultado Financeiro apurado no 2º trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021, observa-se da tabela acima teve um aumento singelo de 0,45%.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, deste órgão, encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro (tabela abaixo), e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado no Balanço Patrimonial.

Saldo para o trimestre seguinte

ESPECIFICAÇÃO	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	30/06/2021	AH
Saldo para o Exercício Seguinte	9.473,84	9.431,25	0,45%
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.405,59	8.180,03	-9,47%

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

7.7) Principais Notas à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades de operacionais contribuíram para o resultado superavitário do período, em decorrência, principalmente, do ingresso de Transferências Financeiras Recebidas no segundo trimestre de 2022.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

Detalhamento	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	1.209,87	1.118,23	8,20%
Fluxo das Atividades de Investimento	858,37	132,98	545,49%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	2.068,25	1.251,21	65,30%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	7.405,59	8.180,03	-9,47%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	9.473,84	9.431,25	0,45%

Fonte: Tesouro Gerencial 2022



7.8) Principais Notas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do Mapa apresentou uma redução de 0,27% neste trimestre em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo Resultado do Exercício que deficitário em R\$ 762,55 milhões.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do PL.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Composição

EM R\$ MILHÕES

	30/06/2022	31/12/2021	AH %
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.406,90	3.351,23	1,66%
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	10,55	55,67	-81,04%
RESERVAS DE CAPITAL	0,01	0,01	0%
DEMAIS RESERVAS	6,38	6,38	0%
DEMAIS RESERVAS	6,38	6,38	0%
RESULTADOS ACUMULADOS	264.554,11	264.103,34	0,17%
RESULTADOS ACUMULADOS	295,93	295,93	0%
RESULTADOS ACUMULADOS	(2.530,78)	(2.523,00)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	265.749,48	265.295,93	0,17%

Fonte: Tesouro Gerencial 2022



8) Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 2º Trimestre de 2022 o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 448,82 milhões**, relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo e representa uma redução de 38,32% em relação ao último trimestre.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	31/03/2022	AH (%)
Circulante Curto Prazo	138,90	225,16	-38,32%
Nacionais	138,90	225,16	-38,32%
Estrangeiros			-
Não Circulante (Longo Prazo)	315,93	315,93	-
Nacionais	315,93	315,93	-
Total	448,82	541,09	-15,94%

Fonte: Tesouro Gerencial

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 30/06/2022 os saldos relevantes são os Fornecedores Nacionais de Longo Prazo.

Quanto ao Curto Prazo verifica-se um decréscimo de 38,32%.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se os Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 30/06/2022.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃOS	EM R\$ MILHÕES	
	30/06/2022	AV (%)
MAPA	68,89	15,15%
INCRA	31,89	7,01%
EMBRAPA	22,69	4,99%
CONAB	15,49	3,41%
FUNCAFE	315,86	69,45%
SFB	-	-%
Total	454,82	

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito do MAPA o FUNCAFE é responsável por 69,45% do total das obrigações.

Na tabela a seguir relaciona-se os fornecedores mais significativos do MAPA com saldos em aberto, na data de 30/06/2022:

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

FORNECEDORES	EM R\$ MILHÕES	
	30/06/2022	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	315,99	78,22%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	59,68	14,77%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	7,64	1,89%
CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	6,17	1,53%
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA E	4,00	0,99%
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA - EPP	3,75	0,93%
REDE D'OR SAO LUIZ S.A.	1,70	0,42%
PI - PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA - EIRELI	1,70	0,42%
DIAMANTINA PROJETOS LTDA	1,67	0,41%
DELTA PROJETOS AGROPECUARIOS PARNAMIRIM LTDA	1,66	0,41%
Total	403,96	
Demais Fornecedores	50,86	

Fonte: Tesouro Gerencial



Em relação ao fornecedor **Banco do Brasil**, o total de R\$ 315,99 milhões é composto por obrigações de curto e longo prazos. As de longo prazo representam 99,95% do montante. Essa significativa porcentagem tem correlação direta com o órgão contratante **Funcafé**, R\$ 315,86 milhões.

Tomando como parâmetro os fornecedores mais expressivos, as obrigações com o **Banco do Brasil** representam 78,22% dentre os 10 (dez) primeiros, conforme ilustra a tabela acima.

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

EM R\$ MILHÕES			
Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	315,99	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	Contrato De Prestação De Serviços Que Entre Si celebram a União, por meio do Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Caixa Econômica Federal,	59,68	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017 Aditivo: 26/04/2018 Contrato 17/2019 – Contrato 35/2020 – Contrato 05/2021 – Contrato 06/2021 - Contrato 28/2021

O Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, - Banco do Brasil S/A - Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06 refere-se ao grupo Fornecedor e contas a pagar em Longo Prazo – órgão Funcafé registrado na UG do citado Órgão.

Conforme publicação no DOU, em 26 de abril de 2018 do EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde a Caixa Econômica Federal celebra Contrato de Prestação de Serviços abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo **Mapa**. Processo SEI nº 21000.012272/2018-60.



9) Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 30/06/2022, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **Mapa** possuía saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 4.823,62 milhões, valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial em 30/06/2022.

Segue tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 2º Trimestre de 2022.

Obrigações Contratuais - Composição

	EM R\$ MILHÕES			
	30/06/2022	31/12/2021	AH	AV
ALUGUÉIS	8,62	11,11	-22,50%	0,18%
FORNECIMENTO DE BENS	127,70	123,98	2,99%	2,65%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.231,93	1.231,54	0,031%	25,54%
SEGUROS	14,95	71,19	-78,99%	0,30%
SERVIÇOS	3.425,99	3.040,65	12,67%	71,03%
DEMAIS	14,41	14,41	0%	0,30%
TOTAL	4.823,62	4.492,89	7,36%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Com base nas informações da tabela acima, as obrigações contratuais do **Mapa** apresentaram decréscimo significativo na rubrica referente aos Seguros, que teve um decréscimo de 78,99%, referente a execução do seguro rural da SPA.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Serviços representam 71,03% do total das obrigações do MAPA.

Obrigações Contratuais – por Órgão Contratante

ÓRGÃO	Em R\$ Milhões			
	30/06/2022	31/12/2021	AH	AV
MINIST. DA AGRICULTURA	1.380,98	1.136,68	21,49%	28,63%
INCRA	583,02	567,55	2,73%	12,09%
EMBRAPA	347,71	297,57	16,85%	7,21%
CONAB	1.235,78	1.217,05	1,54%	25,62%
FUNCAFÉ	1.235,86	1.235,47	0,03%	25,62%
SFB	40,27	38,58	4,39%	0,83%
Total	4.823,62	4.492,89	7,36%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela acima, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 30/06/2022. O órgão **Mapa** possui maiores obrigações contratuais em torno de 28,63% do valor total, sendo a maior parte dessas obrigações (93,80%) referente a Contratos de Serviços, seguido da **Conab** com 25,62% do valor total, das quais 92,43% referem-se a contratos de Serviços e o Funcafé também com 25,62% referente aos contratos com empréstimos e financiamentos.

Obrigações Contratuais – Por Contratado

Contratado	Em R\$ Milhões	
	30/06/2022	AV %
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	1.028,91	21,33%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	344,33	7,14%
BANCO BRADESCO S.A.	213,14	4,42%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	206,79	4,29%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	195,79	4,06%
BANCO MUFG BRASIL S.A.	151,46	3,14%
BANCO DO BRASIL SA	118,99	2,47%
BANCO CITIBANK S A	90,83	1,88%
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	90,12	1,87%
CAST INFORMATICA S/A	83,65	1,73%
Total dos 10 primeiros Contratados mais relevantes	2.524	52,33%
Demais Obrigações – Por Contratado.	2.299,62	47,67



Total	4.823,62	100%
--------------	-----------------	-------------

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela acima relaciona os dez contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 30/06/2022. Destacando o contrato da Conab com a Cibrius, no valor de R\$1.028,91 (um bilhão, vinte oito milhões e novecentos e dez mil reais), representando 21,33% do total das obrigações pelo Mapa referente a previdência complementar dos empregados da Conab.

10) Nota nº 003 – Provisões

Em 30 de junho de 2022 o MAPA apresentou um saldo de **R\$ 561 milhões** relacionados a provisões de longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 2º trimestre 2022.

Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	31/03/2022	AH (%)
Provisões a curto prazo	1,51	1,51	0%
Provisões a longo prazo	682,15	675,81	0,94%
Total	683,66	677,32	0,94%

Fonte: Tesouro Gerencial

Provisões de Curto Prazo – Composição.

COMPOSIÇÃO	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	31/03/2022	AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0,00	0,00	0%
Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	0,00	0%
Outras a Curto Prazo	1,51	1,51	0%
Total a Curto Prazo	1,51	1,51	0%

Fonte: Tesouro Gerencial

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Provisões de Longo Prazo por Órgão.

Órgãos	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	31/03/2022	AH (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	343,60	342,34	0,37%
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	338,55	333,47	1,52%
Total	682,15	675,81	0,94%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em **30/06/2022** o saldo apresentado na conta foi de **R\$ 682,15 milhões**, sendo na **Embrapa R\$ 343,60 milhões** e na **CONAB R\$ 338,55 milhões**. Assim, os dois órgãos (EMBRAPA e CONAB) possuem o total de provisões a longo prazo quase que divididos à metade para cada um, ficando a EMBRAPA com o percentual de 50,37% e a CONAB com 49,63%.

Provisões a Longo Prazo – Composição.

Provisões	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	31/03/2022	AH(%)
Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	609,26	602,41	1,14%
Matemáticas a Longo Prazo	1,88	0	-
Riscos Fiscais a Longo Prazo	30,36	30,14	0,73
Riscos Cíveis a Longo Prazo	40,65	43,26	-6,03%
Total	682,15	675,81	0,94%

Fonte: Tesouro Gerencial



A Provisão para Riscos Cíveis, em termos percentuais, foi a que apresentou forte queda, no entanto, essa redução se deu na ordem de R\$, 2,01 milhões, a Provisão para Indenizações Trabalhistas, em termos absolutos, é a mais relevante dentre as de longo prazo, uma vez que ocupa 89,31% do total das provisões a longo prazo.

No final deste trimestre a CONAB registra a provisão Matemática a Longo Prazo decorrente do valor apurado de obrigações pós-emprego do plano de previdência da CONAB apresentado pela Empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., contida no PROCESSO SEI Nº 21200.003896/2022-16.



Embrapa

EM R\$ MILHÕES

Natureza	Valor Estimado em jun/2022	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Trabalhistas		
Prováveis	85,30	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada/Incorporação de /Teto gratificação/Jornalistas/ (*) Pagamento de Premiação salarial
Cíveis		
Prováveis	2	Anulação de ato administrativo
Previdenciários		
Prováveis	19,54	Encargos Previdenciários
Tributários		
Prováveis	236,62	Anulação de débito fiscal/ ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal - CEF
TOTAL	343,60	

Risco possível:

(1) As ações trabalhistas referentes ao teto salarial, conforme disposto na Constituição Federal, art. 37, inciso XI, devoluções de descontos indevidos, horas extras, adicional de insalubridade, incorporação de gratificação, reenquadramento funcional, dano material e moral, ações que tratam do pagamento de premiação decorrente do cancelamento do processo de premiação por desempenho institucional de 2019 e outros somam o montante total de R\$ 160.713.703,28. Em virtude da sua classificação como de “risco possível”, não foram registradas provisões para essas ações.

CONAB

EM R\$ MILHÕES

Natureza	Valor Estimado em jun/2022
Trabalhistas	
Prováveis	265,66
Cíveis	
Prováveis	40,65
Fiscais	
Prováveis	30,36
Matemáticas	
Prováveis	1,88
TOTAL	338,55

Fonte: CONAB

Nas Provisões a Longo Prazo da CONAB, 90,48% são referentes a Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis a serem desembolsados a longo prazo, conforme planilha de Provisões Passivas, elaboradas pelas áreas jurídicas da Companhia.

No MAPA como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, CONAB e Embrapa, existem estas provisões e as demais, assim como os registros para perdas.



11) Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30 de junho de 2022, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de **R\$ 233.678,46 bilhões**, líquidos da depreciação e amortização, que representou um acréscimo de 0,42% em relação ao 4º trimestre/2021.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o segundo trimestre de 2022.

Imobilizado – Composição

	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)
Bens Móveis	1.218,73	1.235,50	-1,36%
(+) Valor Bruto Contábil	2.577,07	2.552,55	0,96%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.331,60	-1.290,31	3,20%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-26,74	-26,74	0,00%
Bens Imóveis	232.459,74	233.439,89	-0,42%
(+) Valor Bruto Contábil	233.084,59	234.465,67	-0,59%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-624,85	-1.025,78	60,92%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	233.678,47	234.675,39	0,42%

Fonte: Tesouro Gerencial

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/06/2022 totalizavam em **R\$ 1.218,73 bilhão**, líquido de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Constavam Bens Móveis registrados, no valor de R\$ 18,73 milhões no fechamento do balanço 2021 referente à conta de Bens Não Localizados. No final do 2º trimestre/2022 este valor teve uma suave diminuição para R\$ 18,40 milhões.

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados.



Bens Móveis – Composição – por Órgão Subordinado

EM R\$ MILHÕES

	JUN/2022					MAR/2022					AH%
	MAPA	INCRA	EMBRAPA	CONAB	SFB	MAPA	INCRA	EMBRAPA	CONAB	SFB	
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	442,35	76,73	553,00	30,51	3,85	441,71	76,18	549,05	30,50	3,85	0,47%
BENS DE INFORMATICA	243,05	67,32	154,84	37,05	21,92	244,14	64,42	153,45	37,07	21,89	0,62%
MOVEIS E UTENSILIOS	86,91	33,71	121,60	14,29	2,63	87,04	33,52	121,79	14,30	2,63	-0,05%
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	12,00	4,03	18,61	0,61	0,12	12,07	3,98	18,64	0,61	0,12	-0,12%
VEICULOS	206,59	88,31	147,29	26,89	1,36	210,95	87,97	146,16	26,89	1,36	-0,61%
BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	1,39	0,00	0,77	0,00	0,00	1,39	0,00	1,20	0,00	0,00	-16,67%
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	0,00	64,65	0,00	0,00	0,01	0,00	66,32	0,00	0,00	0,01	-2,51%
ARMAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
SEMOVENTES	0,09	0,00	4,35	0,00	0,00	0,09	0,00	4,34	0,00	0,00	0,20%
DEMAIS BENS MOVEIS	22,25	73,40	12,68	1,77	0,11	23,38	73,93	12,68	1,77	0,11	-1,49%
DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	(256,74)	(130,82)	(829,32)	(102,86)	(11,85)	(250,29)	(127,25)	(818,39)	(102,48)	(11,21)	1,68%
REDUCCAO AO VALOR RECUP DE IMOBILIZADO-MOVEIS	(23,42)	(3,23)	0,00	(0,09)	0,00	(23,42)	(3,23)	0,00	(0,09)	0,00	0,00%
Total	734,47	274,10	183,82	8,18	18,16	747,07	275,85	188,92	8,58	18,77	-1,65%
Total Geral Líquido	1.218,73					1.239,19					

Fonte: Tesouro Gerencial

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/06/2022 totalizavam R\$ 232.459,74 bilhões, líquidos de depreciação/amortização e tiveram uma redução simbólica de 0,64% em relação ao 1º Trimestre/2022, com a maior concentração no Órgão INCRA, advindo ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019, distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Bens Imóveis – Composição – por Órgão Subordinado

EM R\$ MILHÕES

	JUN/2022					MAR/2022					AH
	MAPA	INCRA	EMBRAPA	CONAB	SFB	MAPA	INCRA	EMBRAPA	CONAB	SFB	
Bens de Uso Especial	8.512,05	220.930,47	518,50	302,76	0,86	8.189,46	222.750,02	508,52	302,76	0,86	-0,64%
Bens Dominicais	0,00	1.814,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.814,42	0,00	0,00	0,00	0,01%
Bens Imóveis em Andamento	82,94	450,54	62,50	20,82	3,02	82,70	442,65	55,50	20,81	2,96	2,51%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	23,50	2,25	214,12	9,73	0,00	23,50	2,25	214,12	9,73	0,00	0,00%
Instalações	21,67	14,53	94,73	0,18	0,30	21,66	14,53	94,32	0,18	0,30	0,33%
Demais Bens Imóveis	0,00	4,44	0,00	0,00	0,00	0,00	4,44	0,00	0,00	0,00	0,00%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(7,36)	(25,05)	(371,70)	(220,74)	(0,00)	(48,41)	(399,47)	(364,96)	(219,54)	(0,00)	-39,48%
Total	8.632,81	223.191,87	518,16	112,74	4,17	8.268,90	224.628,84	507,49	113,94	4,11	-0,46%
Total Geral Líquido	232.459,74					233.523,29					-0,46%

Fonte: Tesouro Gerencial

Bens Imóveis – Composição Total

EM R\$ MILHÕES

Bens Imóveis – Composição	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
BENS DE USO ESPECIAL	230.264,64	231.669,89	-0,61%	98,79%
BENS DOMINICAIS NAO REGISTRADOS NO SIAPA	1.814,68	1.814,42	0,01%	0,78%
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	619,83	596,73	3,87%	0,27%
INSTALACOES	131,40	130,93	0,36%	0,06%
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	249,60	248,95	0,26%	0,11%
DEMAIS BENS IMOVEIS	4,44	4,75	-6,53%	0,00%



Total Bruto (I)	233.084,59	234.465,67	-0,59%	
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	-624,85	-1.025,78	39,09%	
Total Líquido (IV = I - II - III)	232.459,73	233.439,89	-0,42%	

Fonte:
Tesouro
Gerencial

Os BENS DE USO ESPECIAL os quais são considerados os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme tabela abaixo:

Bens de Uso Especial - Composição

EM R\$ MILHÕES

Bens de Uso Especial – Composição	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
TERRENOS/GLEBAS	124.738,64	124.713,07	0,02%	54,17 %
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	95.328,93	97.091,89	-1,82%	41,40%
ESPELHO D'AGUA	5.159,31	4.756,21	8,48%	2,24%
COMPLEXOS/FABRICAS/USINAS	1.656,92	1.656,92	0,00%	0,72%
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	0,54	0,54	0,00%	0%
EDIFÍCIOS	1.172,34	1.173,38	-0,09%	0,51%
OUTROS BENS IMOVEIS DE USO ESPECIAL	2.090,81	2.160,44	-3,22%	0,91%
IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	117,14	117,34	0,00%	0,05%
TOTAL	230.264,64	231.669,79	-0,61%	100,00%

Bens de Uso Especial

Destacam-se os itens “Terrenos/Glebas” no valor de R\$ 124.738,64 bilhões e “Fazendas, Parques e Reservas no valor de R\$ 95.328,93 bilhões.

A conta “bens dominicais não registrados no SIAPA” do **Incra** é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como dominiais quanto à sua destinação no âmbito da SPU. Os referidos imóveis constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

No final do ano de 2021 o Incra possuía um saldo de R\$ 1.814,42 bilhão relacionado aos bens dominicais não registrados no SIAPA, saldo este que em 30/06/2022 passou a R\$ 1.814,68 bilhão.

EM R\$ MILHÕES

ÓRGÃOS	CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS		COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS		MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
MAPA	1,27	-	0,03	-	13,03	-
INCRA	0,06	-	0,10	1,15	-	-
EMBRAPA	-	2,04	10,90	8,00	-	-
CONAB	3,27	-	-	-	212,87	377,42
Totais	4,60	2,04	11,03	9,15	225,90	377,42

Fonte: Balancete - SIAFI2022/2021

a1) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Foi efetuado a redução ao valor recuperável dos bens nos seguintes Órgãos:

- . Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa;
- Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Pará; e
- Distritos de Meteorologia de alguns estados,



- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra (Superintendência do Acre);
- Companhia Nacional de Abastecimento/Conab.

As demais unidades do órgão subordinado **Mapa** não fizeram os ajustes anteriores ao ano de 2010 e quanto as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Federais (com exceção do Pará), e **CEPLACs**, não houve manifestação quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

EM R\$ MILHÕES	
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
MAPA	23,42
INCRA	3,23
CONAB	0,09
Total	26,74

Redução ao Valor Recuperável

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

a2) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

a3) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão



A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

a4) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

a5) Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.

O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº 21003.000660/2018/78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

a6) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

a7) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão



A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



12) Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No **Mapa** não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação contínua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o Mapa até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/06/2022, o **Mapa** apresentou um saldo de R\$ 129,16 milhões, relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2022 e 2021.

Intangível – Composição.

Intangível – Composição	EM R\$ MILHÕES		
	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	105,96	100,25	5,70%
Software com Vida Útil Indefinida	73,76	72,74	1,40%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,49	0,49	0,00%
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	0,28	0,28	0,00%
Amortização Acumulada	(52,79)	(52,36)	0,82%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1,46	1,46	0,00%
Total	129,16	122,86	5,13%

Fonte: Tesouro Gerencial

Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – durante o 2º trimestre/2022

Órgão	Conta Contábil	EM R\$ MILHÕES	
		ADIÇÕES	BAIXAS
MINIST.DA AGRICULTURA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	-
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,40	-
INCRA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	5,88	-
EMBRAPA	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,59	0,85
	SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,62	-
CONAB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	0,20	0,10
SFB	SOFTWARES – Vida Útil Definida	-	-
TOTAIS		7,69	0,95

Fonte: Tesouro Gerencial



Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Mas o **Mapa** não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (***Impairment***) dos ativos.

A CONAB não realizou nenhuma geração interna de Ativos intangíveis e também não foi recebida nenhuma doação de bens intangíveis.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. Neste trimestre não houve lançamentos à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores envolvendo o Intangível.



13) Nota nº 006 – Investimentos

Os investimentos no **Mapa** são compostos por: 1) Participações Permanentes; 2) Propriedades para Investimento e 3) Demais Investimentos menos a Depreciação Acumulada de Investimentos e a Redução ao Valor Recuperável de Investimentos, que totalizam R\$ 14,06 milhões, conforme tabela de Composição e Movimentação dos Investimentos a seguir, sendo apenas 0,03% referente a investimentos do INCRA, 44,71% referente a investimentos da CONAB e 55,26% referente a investimentos da EMBRAPA.

Investimentos - Composição

Investimentos	Em R\$ Milhões		
	30/06/2022	31/12/2021	AH
BENS IMÓVEIS NÃO DESTINADOS A USO	2,85	2,85	0,00%
DEPRECIÇÃO ACUMULADA INVESTIMENTOS-CONS- PROPRIEDADE	-0,85	-0,85	0,00%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP ESTADO	1,86	1,86	0,00%
REDUÇÃO VALOR RECUPERADO INVESTIMENTO PARTICIPAÇÃO PERMANENTE	-10,55	-10,58	-0,28%
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO	20,76	20,76	0,00%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00%
Total	14,06	14,03	0,21%

Fonte: Tesouro Gerencial - Investimentos – Composição

O aumento de 0,21% do saldo de Investimentos com relação ao exercício de 2021 refere-se à valorização, no período, das ações das Centrais Elétricas Brasileiras SA – registrada em Participações em Empresas – Método de Custo na CONAB.

Investimentos – Composição e Movimentação

	EM R\$ MILHÕES				
	Saldo inicial 31/12/2021	Adições (Valorizações)	Baixas (Desvalorizações)	Reclassificações	Saldo final 30/06/2022
Participações Permanentes	22,62	0,00	0,00	0,00	22,62
Propriedades para Investimento	2,85	0,00	0,00	0,00	2,85
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-0,85	-	-	-	-0,85
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	-10,58	0,03	-	-	-10,55
Total	14,03	0,00	0,00	0,00	14,06

Fonte: Tesouro Gerencial - Investimentos – Composição e Movimentação

(a) Participações Permanentes

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas não dependentes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS), consórcios públicos e fundos, sendo contabilizadas em função da influência da União na administração da entidade.

A tabela abaixo apresenta a composição dos investimentos da Conab e da Embrapa em “Participações Permanentes”, diferenciando-os pelo método de contabilização por equivalência patrimonial ou de custo.

	EM R\$ MILHÕES			
	30/06/2022	31/12/2021	AH	AV
Participações em Empresas	21,49	21,49	0,00%	92,03%
Participações em Empresas - MEP	0,73	0,73	0,00%	3,13%
Conab	-	-	-	-
Embrapa	0,73	0,73	0,00%	3,13%
Participações em Empresas – Método de Custo	20,76	20,76	0,00%	88,91%
Conab	5,92	5,92	0,00%	25,35%
Embrapa	14,84	14,84	0,00%	63,55%
Participações em Fundos	-	-	-	-
Participações em Fundos - MEP	-	-	-	-
Conab	-	-	-	-
Participações – Inter OFSS entre Estado	1,86	1,86	0,00%	7,97%
Embrapa	1,86	1,86	0,00%	7,97%
Total	23,35	23,35	0,00%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial



CONAB

Os Investimentos da CONAB são compostos por participações permanentes em empresas e imóveis não destinados a uso e valores custodiados no Banco do Brasil S/A, referentes a ações negociadas pelo BNDES, conforme consta na tabela a seguir:

Investimentos da CONAB – Composição

Investimentos	Em R\$ Milhões		
	30/06/2022	31/12/2021	AH
Participações Permanentes	14,84	14,84	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,00	0,00	-
Bens Imóveis não Destinados a Uso	2,85	2,85	0,00%
(-) Depreciação de Bens Imóveis não Destinados a Uso	-0,85	-0,85	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento	-10,55	-10,58	0,28%
Total	6,29	6,26	0,47%

Abaixo estão os dois maiores investimentos da **Conab** até junho de 2022, decrescidos da redução ao valor recuperável. Os dois maiores investimentos representam 77,78% do total.

Maiores Investimentos da CONAB

	Em R\$ Milhões	
	31/03/2022	AV (%)
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODOPAR	2,59	60,37%
Centrais Elétricas Brasileiras AS - Eletrobrás	0,75	17,41%
Demais	0,95	22,22%
Total	4,29	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes (decrescidas da redução ao valor recuperável)

Em R\$ Milhões

Fonte: Tesouro Gerencial

EMPRESA	Saldo em 31/12/2021	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/06/2022
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	0,72	-	0,03	-	-	0,75
Engie Brasil Energia S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Telefônica Brasil S.A.	0,03	-	-	-	-	0,03
Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre	0,23	-	-	-	-	0,23
Banco Da Amazônia S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Ribeiro Cordeiro Indústria e Comércio S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Frigorífico Vale Do Tocantins S A	0,00	-	-	-	-	0,00
Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Vicunha Têxtil S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A	0,07	-	-	-	-	0,07
Procter & Gamble do Nordeste S.A. - em liquidação	0,00	-	-	-	-	0,00
Companhia Brasileira De Partic. Agroindustrial Brasagro	0,01	-	-	-	-	0,01
Delta de Arcos S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Delta de Matozinhos S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Banco De Desenvolvimento Do Espírito Santo S.A.	0,00	-	-	-	-	0,00
Morada Do Sol Participações SA	0,00	-	-	-	-	0,00
CEAGESP - Companhia De Entrepósitos E Armazéns Gerais De São Paulo	0,43	-	-	-	-	0,43
Algar Telecom S.A.	0,05	-	-	-	-	0,05
Cia De Desenvolvimento Agropecuário Do Paraná CODAPAR	2,59	-	-	-	-	2,59
Multilog S.A.	0,01	-	-	-	-	0,01
Fábrica de tecidos Carlos Renaux S/A em liquidação	0,00	-	-	-	-	0,00
PBG S/A	0,00	-	-	-	-	0,00
Refinadora Catarinense SA	0,02	-	-	-	-	0,02
Companhia Estadual De Silos E Armazéns	0,08	-	-	-	-	0,08
TOTAL	4,26	-	-	-	-	4,29



EMBRAPA

Os investimentos permanentes da **Embrapa** são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

Investimentos da EMBRAPA - Composição

Em R\$ Milhões

Entidade	Principal Segmento de Atuação	Valor Investimento	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2021	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2021
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	0,63	7,74	0,00	0,00
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1,86	45,00	4,12	0,36
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI ⁽⁵⁾	Agricultura	5,28	4,74	-20,93	9,07
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG ⁽⁴⁾	Agricultura	0,00	0,01	59,65	3,93
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN ⁽³⁾	Agricultura	0,73	49,00	-4,59	-1,14

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das Empresas

(1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação e

(2) Demonstração de 2018 apresentada do ano de 2019 à- EMBRAPA

(3) Demonstração de 2019 apresentada do ano de 2020 à- EMBRAPA

(4) Demonstração de 2020 apresentada do ano de 2021 à- EMBRAPA

(5) Demonstração de 2021 apresentada do ano de 2022 à- EMBRAPA

A provisão para perdas prováveis - MEP refere-se à participação na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN(3), que vem tendo prejuízo, quando a provisão foi registrada.

Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes

Em R\$ Milhões

Entidade	Saldo em 30/06/2022	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2021
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	1,86	-	-	-	-	1,86
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	0,73	-	-	-	-	0,73
Total	2,59	0	0	0	0	2,59

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. *Valores não consolidados (EMBRAPA)



14) Referências

14.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição – Válido a partir de 2019
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

14.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) www.tesourotransparente.gov.br › balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigep.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://sifi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>